

Os “pacotes didáticos” na Educação Infantil e no Ensino Fundamental

Fernanda Borges de Andrade Dantas¹

Célia Maria de Castro Almeida²

Resumo

Neste artigo, discute-se a contradição entre as exigências de uma sociedade que clama por uma educação voltada à formação de pessoas autônomas, críticas e criativas, capazes de aprender continuamente para poder acompanhar as rápidas transformações científicas, tecnológicas, econômicas, políticas e socioculturais do mundo contemporâneo e, por outro lado, o ensino apostilado, cuja característica principal é a homogeneização do processo ensino-aprendizagem. Produto da indústria cultural, os “pacotes didáticos” vendidos por empresas prestadoras de serviços educacionais impõem um padrão produtivista e empresarial à Educação. No Brasil, a adoção de apostilas vem se expandindo na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O tema é abordado no artigo a partir de dados recolhidos em pesquisa realizada em escolas de Uberaba/MG que adotam o Sistema Positivo de Ensino. Os dados da pesquisa indicam que, apesar de esse sistema restringir a liberdade de trabalho dos profissionais da educação, alguns conseguem agir com autonomia.

Palavras-Chave: ensino apostilado; prática educativa; autonomia docente; formação de professores; educação básica.

1 Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Professora assistente na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Brasil. feborgesaz@yahoo.com.br

2 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. celia.mca@gmail.com

The “didactic packages” in early childhood education and elementary school

Abstract

This article discusses the conflict between the demands of a society that complains for an education focused on the formation of autonomous, critical and creative people, able to learn continuously to keep up with rapid scientific, technological, economic, political and socio-cultural changes, and the booklet learnship system which its main characteristic is the homogenization of the teaching - learning process. As products of the cultural industry, “educational packages”, sold by companies providing educational services to education, imposes a productivist and business education standard. In Brazil, the adoption of this system in early childhood education and elementary school has been expanding. The question addressed in this article is based on data collected in a survey of schools adopting the System of Positive Education. The survey data indicate that, although this system restrict freedom of education professionals who work with it, some of these professionals can act autonomously.

Keywords: booklet learnship; educational practice; teaching autonomy; teacher training; elementary school.

Introdução

No mundo contemporâneo, a presença de novas tecnologias da informação, da comunicação e do entretenimento é cada vez maior. E a imersão na cultura midiática, com seus referenciais próprios e aparatos tecnológicos, ocorre desde a mais tenra infância. Como previu McLuhan nos anos 60, o fim do século XX é marcado pela tecnologia da informação que transforma o planeta em uma “aldeia global” (MCLUHAN, 1972). De fato, “[...] o planeta tornou-se nossa sala de aula e o nosso endereço [...]”; o espaço da aprendizagem é qualquer lugar, o tempo de aprender é permanente (GADOTTI, 2000, p. 7).

Com o avanço da tecnologia de comunicação e informação, sem a qual

não se vive com plenitude na sociedade do presente, a indústria cultural inunda a sociedade contemporânea com seus produtos, incentivando cada vez mais o consumismo e a padronização de modos de ser e pensar, com influências na vida cotidiana que repercutem na educação escolar. Na sociedade globalizada, o discurso corrente de que o indivíduo precisa estar adaptado às mudanças do mercado ganha força, com reflexo nos objetivos educacionais, que passam a priorizar a aquisição de um grande número de informações com critérios de utilidade, facilidade e rapidez. Isso porque o importante, agora, é suprir as necessidades do mercado, que exige profissionais criativos, dinâmicos, informados e informatizados, capazes de se adaptarem a novas situações rapidamente. (MOTTA, 2001).

Eis um panorama que impõe questões inquietantes e nos faz ver a necessidade de uma escola capaz de rever seus métodos, sua posturas, suas crenças e sua função social para minimizar o impacto provocado por uma cultura calcada no “aparenta ser”, isto é, na exteriorização mercadológica que incentiva o consumo, às vezes, quase compulsivo e irrefletido.

1 Educação como mercadoria

A economia globalizada afeta a educação, reduzindo-a ao economicismo do emprego e da empregabilidade, da eficiência e da eficácia, da competitividade, da produtividade e a consequente entropia da formação humana e da cidadania (FERREIRA, 2004). Para atender à lógica da economia globalizada, as escolas passam a funcionar como pequenas empresas produtoras de serviços educacionais. Em vez de buscarem desenvolver um ensino reflexivo e capaz de promover a criatividade e impulsionar a autonomia e o senso crítico, passam a valorizar a preparação de pessoas “[...] formatadas, dóceis, submissas e disciplinadas, capazes de dar respostas práticas e rápidas que acelerem o lucro das empresas [...]” (SOEIRO, 2005, p. 6).

Na lógica neoliberalista, a educação deixa de ser compreendida como um direito social e se transforma em mercadoria, passando o ensino a ser orientado por um padrão produtivista e empresarial. A escola passa a ter

[...] por função, na perspectiva dos homens de negócios, a transmissão de certas disciplinas e habilidades necessárias para que as pessoas atuem competitivamente num mercado de trabalho altamente seletivo e cada vez mais restrito. A educação deve garantir as funções de seleção, classificação e hierarquização dos postulantes aos futuros empregos (ou aos empregos do futuro). Para os neoliberais nisso reside a “função social da escola”. (GENTILI, 2000, p. 49).

Expressão dessa concepção mercantilista da educação é o “ensino apostilado” (MOTTA, 2001), que, no Brasil, vem se expandindo vertiginosamente nas escolas de Educação Básica, tanto as que integram a rede privada como as escolas públicas, por meio de convênios firmados entre prefeituras e empresas responsáveis por essa modalidade de ensino. No dizer de Gentili (2000, p. 55, grifo do autor), trata-se de uma “[...] macdonaldização do campo educacional [que] se expressa através das cada vez mais freqüentes formas de *terceirização* (pedagógica e não pedagógica) que tendem a caracterizar o trabalho escolar nos programas de reforma propostos (e impostos) pelo neoliberalismo.”

Desenvolve-se, assim, uma tendência para a homogeneização da oferta educativa, e o trabalho dos profissionais da educação se torna alienante, pois é totalmente planejado por outros e descontextualizado da realidade à qual se destina. O ensino passa a ser regido pelos mesmos princípios que regulam a lógica dos *fast foods*: o consumo rápido de produtos pasteurizados e um sistema de prêmios e castigos para alunos, professores e funcionários, como estratégia de incentivo à competitividade e de controle da produtividade visando à “qualidade total” em educação.³

Reportagem publicada na *Revista Educação* mostra que várias são as empresas que atuam nesse mercado, garantindo assessoria e apoio operacional para a implantação e gestão da franquia (programas

³ “A concepção neoliberal que serve como pressuposto às nossas atuais propostas educacionais penetra no Brasil, principalmente após a participação do país na ‘Conferência de Educação para Todos’ que estabeleceu posições consensuais para a educação, sintetizadas na ‘Declaração Mundial de Educação para Todos’, dentre as quais se destacam: financiamento e ‘qualidade de ensino’. A partir dessa referida conferência, foram elaboradas diversas propostas que visam, sobretudo, ao alcance da produtividade escolar como o ‘Plano de Qualidade Total em Educação’ (1990), aceito com entusiasmo pelos setores público e empresarial, e que visa ao alcance dos seguintes objetivos: descentralização (regionalização e municipalização), privatização, priorização de um novo modelo de educação fundado na sofisticação tecnológica.” (OLIVEIRA, 1997, p. 121).

de treinamento e reciclagem para diretores, gestores, professores, coordenadores pedagógicos e funcionários), além de material didático, administrativo e publicitário (apostilas impressas, CD-ROMs, *softwares* e portal educacional). Essas empresas

[...] não revelam seu faturamento, mas estimativas da consultoria Hoper indicam que a receita do setor gira em torno de R\$ 1 bilhão e que o número de alunos, considerando os dez maiores grupos, aproxima-se de 2,7 milhões (ou seja, 37% dos 7,3 milhões de matrículas na rede privada de Educação Básica em todo o país). E a presença dos sistemas estruturados de ensino não se restringe a escolas particulares; cada vez mais, estão sendo adotados pelas redes municipais, especialmente nas regiões mais ricas do país, como o Estado de São Paulo. Além disso, o modelo começa a ser adotado em grandes grupos de ensino superior. (AVANCINI, 2011, p. 1)

Além do fato de que a educação se refigurou em valiosa mercadoria, o que mais nos preocupa no que se refere ao sistema apostilado de ensino é que ele

[...] promete oferecer um ensino organizado, prático e racional. Mas, fragmentando o conhecimento, incapacita o indivíduo de compreendê-lo de maneira global, incluindo causas, processos, conseqüências, contextos, etc. A quebra da unidade impede a ação reflexiva e transforma-se em instrumento de dominação. Reproduz a ideologia de setores privados e do próprio Estado, preparando o indivíduo quase que exclusivamente para o vestibular, afastando a possibilidade de um ensino e de uma educação emancipadores, bem como do conhecimento, da aquisição e do usufruto da cultura. Mais do que isso, impede-o de refletir sobre sua condição de cidadão e de optar com maior liberdade por seu destino. (MOTTA, 2001, p. 86)

Na sociedade atual, as informações tidas como úteis são introjetadas pela indústria cultural, que, via mídia e monopolizando dados, pode promover racionalização e padronização das ações. Por consequência, as pessoas perdem sua capacidade de criticar e se transformam em consumidores, enquanto a produção cultural passa a ser mercadoria comercializada como qualquer outra. O sistema apostilado de ensino, como mercadoria inserida no contexto da indústria cultural, contribui para a tutela e adaptação social. Os produtos dessa indústria cultural estão impregnados de discursos ideológicos e podem promover a

padronização de ações, ideias, valores, hábitos e atitudes. Como produto da indústria cultural, os “pacotes didáticos”⁴ oferecidos pelas empresas prestadoras de serviços educacionais buscam convencer as pessoas a adquirirem seu material propagando sua modernidade, eficiência e praticidade, divulgada à exaustão na mídia.

Educar pressupõe desenvolver uma consciência verdadeira construída por meio de um processo de escavação permanente do que se deseja saber; um processo que requer a análise e reflexão sobre a produção e a prática do ser humano, em cada tempo e contexto, na tentativa de compreendê-las. Por isso, os “pacotes” regidos pela lógica da indústria cultural merecem investigação profunda.

É para o entrelaçamento entre educação, informação e cultura que converge este artigo, relato de um estudo sobre a problemática da docência mediada por um “pacote” em que o conteúdo, as atividades, os exemplos e as diversas situações de ensino ocorrem de forma “terceirizada”.

O interesse pelo contexto e problemática apresentados nessa introdução foi despertado, inicialmente, por uma conversa entre duas alunas do curso de Pedagogia, ouvida por acaso, nos corredores de uma instituição de ensino superior de Uberaba/MG. Uma das alunas falava sobre seu desejo de começar a lecionar, ainda não realizado por não se sentir preparada para assumir uma classe. A resposta da colega veio rápida: “Não se preocupe, tem uma escola perto da minha casa que precisa de professores, posso te indicar para o cargo... e quanto à insegurança por não se sentir preparada, garanto que não haverá problemas, porque lá eles *adotam apostila* e você só tem que seguir, porque vem tudo prontinho!”. A conversa das alunas suscitou o interesse em buscar respostas para questões como: qual é a opinião dos professores, diretores e coordenadores pedagógicos sobre os “pacotes didáticos”? Como professores organizam, desenvolvem e avaliam suas práticas educativas no sistema apostilado de ensino? É possível haver autonomia docente nesse sistema de ensino? Com o intuito de responder a essas

4 Denomina-se “pacote didático” o conjunto de materiais e serviços oferecidos pelas empresas educacionais.

questões foi realizada pesquisa sobre a qual trataremos, a seguir.

2 Ensino apostilado em escolas de Uberaba

A pesquisa foi realizada em 2006, em quatro escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Uberaba, que eram, então, parceiras do Sistema Positivo de Ensino⁵. A opção por pesquisar escolas conveniadas com esse sistema se deu pelo fato de ser este preponderante nas instituições escolares da rede privada de Uberaba, no ano em que a pesquisa foi realizada. Todas particulares, as escolas funcionavam em residências adaptadas, localizadas em bairros centrais. Na ocasião, duas escolas atendiam crianças de 1 a 10 anos, matriculadas em oito turmas: três de Educação Infantil e cinco do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano); as outras duas atendiam crianças com idade entre 1 e 13 anos, matriculadas em doze turmas: seis de Educação Infantil e seis do Ensino Fundamental (1º ao 7º ano), conforme indica o Quadro 1.

A pesquisa teve como objetivos:

- a) conhecer as opiniões das diretoras, coordenadoras pedagógicas e professoras acerca da alegada eficiência e praticidade dos “pacotes didáticos”;
- b) investigar “se” e “como” as professoras vivenciavam sua autonomia no exercício da prática educativa;
- c) examinar possíveis efeitos da adoção do sistema apostilado para a formação continuada de professores;
- d) compreender de que modo o sistema apostilado repercute no trabalho da escola, na aprendizagem dos alunos e na relação da instituição de ensino com as famílias.

Para entender a complexidade da problemática investigada, a abordagem metodológica escolhida foi a qualitativa interpretativa, que poderia possibilitar uma compreensão mais completa dos significados, dos valores e da opinião das educadoras sujeitos da pesquisa quanto a situações e vivências pessoais que influíram na escolha e adoção dos

⁵ Em 2013, apenas duas das quatro escolas pesquisadas permanecem parceiras do Sistema Positivo de Ensino. Uma das escolas encerrou suas atividades, a outra, em 2011/2012, passou a trabalhar com o sistema apostilado do Colégio Cenecista José Ferreira, de Uberaba, substituído, em 2013, pelo FTD Sistema de Ensino.

“pacotes didáticos”: cinco diretoras (pois em uma das escolas as duas sócias-proprietárias exerciam a função de diretoras), uma coordenadora pedagógica (nas demais escolas as diretoras também eram responsáveis pela coordenação pedagógica) e seis professoras (em uma das escolas não foi possível contatar as professoras), conforme se especifica no Quadro 1.

QUADRO 1⁶
Educadoras sujeitos da pesquisa

SUJEITOS	ESCOLA	ENTREVISTA	QUESTIONÁRIO
Diretora Leda	Escola Petúnia- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	X	-
Diretora Laís	Escola Jasmim - Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º. ano)	X	-
Diretora Olga	Escola Jasmim- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º. ano)	X	-
Diretora Priscila	Escola Margarida- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	-	X
Diretora Ana Lúcia	Escola Camélia- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º. ano)	X	-
Coord. Pedagógica Lúcia	Escola Margarida- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	X	-
Professora Arlete	Escola Petúnia- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	-	X
Professora Aparecida	Escola Petúnia- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	-	X
Professora Darci	Escola Jasmim- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º. ano)	X	-
Professora Maria	Escola Jasmim- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º. ano)	X	-
Professora Helena	Escola Margarida- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	-	X
Professora Mirian	Escola Margarida- Ed. Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 7º. ano)	-	X

Fonte: Elaborado pelas autoras.

⁶ Os nomes das escolas e das entrevistadas são fictícios.

O plano inicial previa como procedimento metodológico para coletar informações a entrevista semiestruturada com roteiro flexível. Entretanto, diante da dificuldade em entrevistar algumas das educadoras, para estas, a entrevista foi substituída por um questionário com questões abertas. Das doze educadoras sujeitos da pesquisa, sete concederam entrevistas (quatro diretoras, uma coordenadora pedagógica e duas professoras), e cinco (uma diretora e quatro professoras) responderam a um questionário (Cf. Quadro 1).

O contato inicial com as escolas foi facilitado por uma notícia que, naquela ocasião, estava sendo amplamente divulgada na cidade: a de que a Prefeitura de Uberaba pretendia estabelecer um contrato com o Sistema Positivo de Ensino, a fim de treinar professores para ministrar aulas de informática aplicada à educação nas escolas municipais⁷. Esse assunto funcionou como gancho para a apresentação da pesquisa e para a obtenção da anuência das diretoras para sua realização nas escolas. Outro fator que funcionou como facilitador desse primeiro contato com as escolas foi ter em mãos a reportagem “Prefeituras de São Paulo terceirizam a educação”, publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo* (TOFOLI, 2006). O assunto dessa reportagem despertou nas diretoras um grande interesse e preocupação, visto considerarem que a adoção de um sistema apostilado em escolas públicas — frequentadas por alunos de baixa renda — eliminaria o diferencial entre estas e as escolas particulares, o que poderia contribuir para a evasão de alunos das escolas privadas para as públicas.

3 O Sistema Positivo de Ensino

O Sistema Positivo de Ensino (SPE) foi desenvolvido pelos professores fundadores do Grupo Positivo, empresa educacional que atua no Brasil desde 1972.⁸ O SPE abrange vários níveis de ensino — da Educação Infantil ao Ensino Médio —, além de cursos preparatórios para o vestibular e o

7 Em 2009-2010, a Prefeitura Municipal de Uberaba realizou parceria com o Sistema Positivo de Ensino para aquisição de Mesas Alfabéticas. Em 2013, a Prefeitura contratou o sistema de ensino do Colégio Cenecista Dr. José Ferreira, de Uberaba, que além de fornecer o material apostilado para o Ensino Fundamental, elaborou as provas para as avaliações aplicadas pelo Sistema Municipal de Ensino a todos os seus alunos.

8 Os produtos e serviços do Grupo Positivo atualmente estão presentes em mais de 40 países.

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Segundo o Grupo Positivo, o SPE é uma “solução educacional completa”, pois, além de oferecer uma “sólida proposta pedagógica”, alia “[...] inovação tecnológica e respeito às potencialidades individuais dos alunos e professores a uma moderna proposta metodológica de ensino.” (GRUPO POSITIVO, 2013, n.p.). A metodologia de ensino que embasa o SPE — informa a empresa —, privilegia a integração e continuidade dos conteúdos de uma disciplina desenvolvidos ao longo dos anos de estudo, bem como a integração dos conteúdos de diferentes disciplinas. Tal metodologia se apoia em um conjunto de materiais didáticos e serviços que “otimizam o trabalho desenvolvido no dia a dia escolar” (EDITORA POSITIVO, 2013, n.p.)⁹.

O material didático do SPE compreende o livro didático integrado (em forma de apostilas encaminhadas às escolas a cada bimestre) e o livro digital, com conteúdos em multimídia (CD, DVD e CD-ROM). O sistema ainda oferece o Portal Positivo¹⁰ — acessível a alunos, professores e gestores —, com serviços e ferramentas que incrementam o processo de ensino e aprendizagem e conteúdos e atividades complementares ao livro didático. Para a Educação Infantil, o portal oferece músicas, histórias, jogos e várias atividades relativas aos eixos linguagem, matemática e arte e movimento. Para o Ensino Fundamental I, o portal disponibiliza os *websites Menino Maluquinho e Aurelino*; para o Ensino Fundamental II, vídeos, simuladores, museu virtual, a seção “Literatura” e o “Blog dos especialistas”, além de sugestões de *links* para jogos e outras atividades. Para o Ensino Médio e ENEM, o portal oferece videoaulas, simuladores, animações, artigos, atlas de história, geografia e do corpo humano, e as seções “Banco de provas” e “Central de atualidades”, além de outras.

No portal educativo, os educadores encontram orientações acerca dos conteúdos escolares e sobre como utilizar os materiais didáticos e as ferramentas nele disponibilizadas. Para professores e coordenadores pedagógicos, o portal disponibiliza artigos (sobre temas variados em educação e sobre os conteúdos dos programas de ensino), planos de

9 O Grupo Positivo tem sua própria editora, que edita, publica e comercializa livros didáticos, paradidáticos e de literatura, além de dicionários e coletâneas de práticas educativas para professores.

10 O portal pode ser acessado nos endereços: <<http://www.portalpositivo.com.br/>> ou <http://www.educacional.com.br/spe/conheca_spe.asp>.

aula, filmografia (com orientações para uso de filmes em sala de aula), sugestões de atividades (jogos e atividades multidisciplinares), projetos educacionais (interdisciplinares), além das seções “Sala de aula” (com dicas e sugestões de atividades), “Notícias e eventos” e “Fale conosco”. Para diretores e mantenedores — também para coordenadores de secretarias de educação —, o portal oferece as seções “Artigos”, “Notícias e eventos” e “Fale conosco”. Para os primeiros, o *website* oferece ainda a seção “Blog marketing escolar”.

Orientações sobre a metodologia do SPE e sobre o uso de materiais didáticos são tratadas no *website* da Editora Positivo (2013, n.p.), que se propõe a ser um canal de comunicação entre a editora e as escolas conveniadas, ou seja, um local “[...] onde se promovem reflexões e debates, e apresentam-se sugestões de abordagens metodológicas inovadoras, que visam à organização das aprendizagens individuais e coletivas com a utilização de mídias digitais.”

O SPE ainda oferece às escolas conveniadas assessoria à gestão administrativa, financeira e jurídica da escola, além de orientação e produtos publicitários (peças de propaganda para campanha de matrícula, para datas comemorativas do calendário escolar etc.). Assim como as orientações pedagógicas, essa assessoria pode ser feita por telefone, *e-mail* ou em cursos presenciais oferecidos semestralmente aos professores e gestores.

4 O que pensam as educadoras sobre o Sistema Positivo de Ensino

A leitura e interpretação das informações recolhidas em entrevistas e questionários e ocorreram com o apoio do referencial teórico que fundamentou a pesquisa, sobretudo os estudos de Pedroso e Bertoni (2002). Os dados indicam que, ao realizarem a parceria com a empresa educacional, as escolas acatam integralmente materiais e diretrizes para as atividades pedagógicas, bem como para a gestão pedagógica, administrativa, financeira e jurídica da escola, além do apoio à publicidade da escola e do SPE. A análise das informações recolhidas nas entrevistas e questionários aponta que a maioria das educadoras atribui a bem-sucedida aprendizagem

dos alunos à qualidade do material oferecido pelo sistema de ensino apostilado, como se pode constatar por afirmações de três professoras: “[...] o sistema é inteiramente interdisciplinar: todos os conteúdos e disciplinas estão trabalhando integralmente [...]”, ou “[...] com o material Positivo os alunos têm mais facilidade de raciocínio. Eles constroem o saber.”; também afirmam que o material apostilado “[...] desenvolve a capacidade de investigar ideias, de resolver exercícios, de formular e testar hipóteses, de induzir, deduzir, generalizar e inferir resultados [...], fazendo de nós, educadores, mediadores e facilitadores deste grande sistema.”

Ao adotarem o SPE, algumas das educadoras tendem a se envolver de tal forma com os materiais produzidos pela empresa educacional, que estes passam a ser a única referência a ser considerada no processo ensino e aprendizagem. As falas de algumas educadoras demonstram que uma confiança irrestrita na eficácia do SPE as induz a acreditar que o material didático desse sistema, por ser produzido por especialistas, exime-as de qualquer responsabilidade no processo ensino-aprendizagem. Esse comportamento é reforçado pelos pais, que, conforme uma das diretoras,

[...] querem que seja utilizado todo o conteúdo que vem na apostila, caso contrário [consideram que] não compensa o investimento na compra do material todo bimestre. Não entendem que a turma precisa trabalhar o conteúdo adaptado às suas necessidades, acham que a criança tem que aprender tudo o que está lá [na apostila], e isso não ocorre porque a dinâmica de cada sala é diferente, e o ritmo de cada aluno, também. Não há como uniformizar...

A confiança no SPE decorre, em grande parte, de um *marketing* eficaz no sentido de obter uma identificação do sistema com seus usuários. As escolas recebem CDS com modelos para *outdoor* (imagens de crianças com o nome do sistema de ensino em letras bem visíveis) e com mensagens para a espera telefônica: ao ligar para a escola, ouve-se uma gravação que ressalta o quanto a escola é cuidadosa e competente ao estabelecer parceria com um sistema de ensino moderno, vivo, atuante, interessante e cuidadosamente preparado por especialistas. A empresa ainda procura conquistar diretores e professores, ofertando brindes por ocasião do aniversário da escola e no Dia do Professor.

A convicção na eficácia do sistema apostilado adotado é tanta que, se um

aluno não aprende, as professoras não procuram rever a metodologia e/ou buscar outros recursos didáticos, apenas repetem as atividades propostas na apostila. E, se ainda assim persistir a dificuldade para aprender, os pais são convocados a descobrirem qual é o “problema” do aluno. Tem-se a impressão de que, para as educadoras que atuam nesse sistema, o sucesso ou fracasso da aprendizagem não depende de sua ação pedagógica ou do esforço do aluno em aprender, mas apenas do material didático.

Com exceção da diretora de uma das escolas, que acabou desistindo de trabalhar com o SPE ao constatar que o Sistema exigia muito mais esforço e adaptações por parte da escola e dos professores do que imaginara ao selar a parceria, as demais diretoras apontaram a adoção dos “pacotes didáticos” como solução para problemas pedagógicos, administrativos e de controle financeiro. Como disse uma diretora: “O material é bonito, se renova quatro vezes ao ano e, ainda por cima, está na mídia!”¹¹

Depreende-se das falas das educadoras duas grandes preocupações: desenvolver os conteúdos da apostila no prazo estipulado, ou seja, em um bimestre letivo, e conseguir que os alunos obtenham bons resultados nas avaliações bimestrais. Uma diretora relatou que, para garantir essas duas metas, sua escola costuma reunir pais e alunos na sala da direção com o objetivo de obter dos primeiros o compromisso de ajudar seus filhos nas tarefas escolares, pois do contrário, “[...] não dá tempo de encerrar os assuntos estudados e cumprir o que está previsto nas apostilas.”

No entanto, cumprir a programação das apostilas no prazo determinado não é tarefa fácil, como explicou essa mesma diretora:

[...] quase paramos esse ano [2006], mas resolvemos continuar mais um pouco [...] o motivo da indecisão é porque a escola tem encontrado dificuldades no cumprimento do que está previsto com algumas turmas, visto que, com a proximidade do final do bimestre, quando chega a nova apostila, os alunos se sentem desmotivados pelo material em uso e querem logo iniciar com o novo.

A rígida padronização do SPE foi criticada por duas professoras. Segundo elas, é enganosa a propalada adequação do sistema à proposta pedagógica das escolas parceiras, pois o material apostilado não permite

11 Refere-se a propaganda subliminar na novela *Malhação*, da Rede Globo de Televisão, na qual é comum ver os alunos do Colégio Múltipla Escolha com apostilas do SPE.

alterações e deve ser vencido em tempo determinado. Conforme as professoras, não é possível preparar a contextualização dos conteúdos ou elaborar outras atividades que não as propostas nas apostilas, porque estas não chegam com antecedência na escola. As outras quatro professoras afirmaram seguir estritamente as orientações pedagógicas da empresa educacional. Em parte, a preocupação em seguir à risca as prescrições do sistema ocorre por pressão dos pais, o que pode indicar certa desconfiança acerca da competência das professoras e demais profissionais da escola para, de forma autônoma, responsabilizarem-se pela aprendizagem de seus filhos.

Somente duas professoras (de uma mesma escola) disseram utilizar o Portal Positivo para acessar conteúdos multimídia e ferramentas para incrementar o processo de ensino e aprendizagem, tais como sugestões de temáticas complementares aos conteúdos das apostilas, jogos em rede, simuladores, animações, desafios e dicionários. Disse uma delas que usa o *website* “[...] para propor pesquisas e para buscar sugestões de atividades. Cada aluno tem uma senha e navega para descobrir novidades e pesquisar.” Entre as seis professoras sujeitos da pesquisa, foram as únicas que demonstraram certa independência da apostila do SPE, uma vez que afirmaram complementá-la adotando outros livros (de gramática e de literatura).

Uma diretora desaconselha a adoção do sistema apostilado, principalmente na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental I, tendo em vista que as quatro professoras de sua escola, responsáveis pelas turmas de 4, 5 e 6 anos de idade, considerarem que o SPE, ao invés de facilitar-lhes o trabalho docente, tornara-o mais árduo, mais moroso: além de ter que dar conta da apostila, precisavam buscar outros recursos e atividades que atendessem mais às particularidades da turma e suprisse necessidades individuais dos alunos. Opinião compartilhada pela diretora, para quem “[...] a apostila ‘engessa’, principalmente na educação infantil, onde os prazos precisam ser muito flexíveis e os objetivos adequados à turma [...]”. Ainda conforme essa diretora, a apostila “engessa” não apenas a prática educativa, como também a própria escola, que vê sua filosofia e seu projeto político-pedagógico inviabilizados.

No entanto, a pesquisa demonstrou não haver, por parte das outras três escolas pesquisadas, preocupação com a construção coletiva do projeto político-pedagógico ou de outros projetos didáticos concebidos de modo a suprir as necessidades específicas de seus alunos, porque consideram suficiente o material didático do SPE e porque a consecução das atividades propostas nesse material exige um trabalho intenso, que impossibilita a elaboração e implementação de outros projetos. Conforme uma das diretoras, “[...] se os professores, não seguirem [a apostila], não dá tempo de concluí-la; por esse motivo só é possível trabalhar um projeto da escola no ano todo.”¹²

Uma preocupação maior em seguir estritamente as apostilas e a ênfase na realização de provas e na recuperação dos alunos foi demonstrada pelas educadoras das escolas com turmas do ensino fundamental I, evidente na fala de uma das diretoras: “A escola tem por costume reunir pais e alunos na sala da direção quando os resultados das avaliações não são satisfatórios; assim selam o compromisso de ajudar o filho em casa, senão não dá tempo de encerrar os assuntos estudados e cumprir o que está previsto nas apostilas.”

Conforme disseram as professoras, o SPE lhes toma muito tempo, o que as impede de participar de cursos de formação continuada, ainda que sejam oferecidos pelo Grupo Positivo. Tal opinião é expressa na fala de uma das professoras:

Trabalhar com o Sistema Positivo, com seriedade, demanda tempo, estudo e dedicação por parte do professor, que tem que estudar os assuntos das apostilas em pouco tempo, já que são bimestrais; [é preciso] acessar o *site* em busca de atividades e pesquisas e conhecer os CDs com sugestões de atividades para escolher e utilizar as mais adequadas e interessantes.

No entender das professoras, diretoras e da coordenadora pedagógica, o esforço para “vencer” as apostilas no prazo estipulado dificulta a participação em cursos de formação continuada: “Eu fazia alguns cursos oferecidos na cidade quando estava estudando Pedagogia, mas agora, formada há dois anos, quase não participo¹³. Os momentos de estudo na escola quase não ocorrem, porque as diretoras estão sempre a par do

12 Refere-se a um projeto concebido pela equipe de educadoras da própria escola.

trabalho e o material [do SPE] é bastante rico e diversificado.”

A capacitação semestral oferecida pelo SPE às escolas parceiras é descartada por três das quatro escolas. Somente a equipe de uma das escolas (professoras e demais profissionais) participa desses cursos de capacitação, nos quais — explica a diretora da escola — “[...] a direção e a coordenação [...] recebem orientações e material, incluindo instruções sobre planilhas de custos e outros assuntos administrativos”; ela ainda mencionou como positiva a troca de experiências que ocorre nesses cursos. As demais escolas justificaram a não participação nos cursos de capacitação oferecidos pelo SPE, porque são realizados, a cada vez, em diferentes cidades, o que acarreta despesas com viagem e hospedagem. Além disso, como ocorrem em período letivo, seria preciso suspender as aulas por dois ou três dias, o que desagradaria aos pais.

Em relação à orientação pedagógica feita a distância, todas as escolas relataram dificuldades, tendo em vista a impossibilidade da resolução de dúvidas ou problemas específicos próprios de cada escola e no momento em que ocorrem. Apenas a escola que alegou participar dos cursos semestrais confirmou procurar constantemente as orientações pedagógicas do SPE por telefone ou via *e-mail*; em contrapartida, somente ela recebia visitas anuais de representantes do Grupo Positivo. Essa mesma escola foi também a única que afirmou promover reuniões periódicas, embora fossem só para discutir questões administrativas. A diretora dessa escola justificou não ser necessárias reuniões pedagógicas, porque o material apostilado dispensa orientações; também, porque os professores podem consultar os manuais que acompanham as apostilas, além de tirar dúvidas no Portal Positivo, ou por telefone e *e-mail*.

5 Análise crítico-reflexiva

Na sociedade contemporânea, presenciamos mudanças profundas e irreversíveis cujo marco é uma tendência contínua ao desenvolvimento tecnológico acelerado no mundo globalizado, permitindo a interação dos sujeitos em diversos pontos simultaneamente, a qualquer tempo e

13 A professora se refere a cursos de capacitação oferecidos pela Prefeitura Municipal de Uberaba por meio da Secretaria de Educação e Cultura.

numa rede que cobre todo o planeta. Além de alterar as relações entre Estados, sociedades e grandes conglomerados transnacionais, o volume de informação e as novas formas de comunicação refletem-se na cultura ao modificar crenças e códigos historicamente produzidos. O poder da mídia reside em sua facilidade de intervir no curso dos acontecimentos, influenciar ações e promover eventos, porque é capaz de produzir, transmitir e receber informação e conteúdo simbólico – capital cultural. É, ainda, detentora de prestígio, credibilidade e respeito, atribuídos a seus produtores ou instituições – capital simbólico (BOURDIEU, 1997).

Além da mídia, são produtoras de bens simbólicos as instituições religiosas e educacionais, por possuírem competências, habilidades e conhecimentos capazes de constituir sentido na relação entre os sujeitos e os textos sociais, utilizando a produção, recepção e disseminação de ações comunicativas. Considere-se que as pessoas agem em contextos específicos em busca da consecução de objetivos particulares segundo um conjunto de circunstâncias dadas, as quais lhes oferecem inclinações e oportunidades distintas e nas quais ocupam posições diversas. Quando há institucionalização dessas instâncias produtoras de sentido – ou bens simbólicos –, as pessoas ficam sujeitas a regras, recursos e relações diversas e determinados pelo poder que cada uma tem. Como o poder não se restringe ao Estado, mas decerto está nas esferas da vida e nas relações sociais, o controle é base importante para o exercício do poder. Assim, indivíduos que ocupam posições dominantes em grandes instituições detentoras de meios de produção e transmissão de formas simbólicas podem dispor de vastos recursos que os tornam aptos a tomar decisões e perseguir objetivos que têm consequências de longo alcance.

A reprodutibilidade das formas simbólicas é uma das características que embasam a exploração comercial dos meios de comunicação e permitem sua mercantilização pela indústria cultural. Assim, os processos de comunicação são transformados em uma arena de disputa de sentidos em que agem produtores ou transmissores e receptores que não podem ser tomados como “tabula rasa” numa relação complexa em que os discursos são heterogêneos e estão “contaminados” por discursos outros e diversos.

As instituições travam disputas segundo rituais próprios e voltados à

prática de produção, circulação e recepção de sentido segundo regimes éticos, estéticos e técnicos que lhes são próprios. A indústria cultural está na sociedade não só nos meios de comunicação — instrumentos de propagação de valores e normas comportamentais —, mas também nas instituições escolares, em especial no material pedagógico-didático. Sejam de programas curriculares, sejam elaborados, sejam impostos por instâncias superiores à escola, sejam promovidos pelo ensino apostilado (produzidos de forma padronizada por empresas educacionais que querem lucrar e que estão distantes da realidade da comunidade escolar), sejam como for, os “pacotes didáticos” são mais um aspecto da indústria cultural no meio escolar.

Difundido sob o pretexto da modernização, esse material dá a diretores de escola e professores a impressão de competência e facilidade extremas; logo, quem não adere a esse movimento, trabalha de modo retrógrado. A cada ano, as editoras de livros didáticos fazem um grande apelo com seus lançamentos para conquistar professores e alunos com materiais atraentes e que se tornam cada vez mais rendosos. Nesse contexto, ao não despertar a atenção do aluno para a função do material didático em si, a escola auxilia a fabricação de miniconsumidores de mercadorias que acabam sendo promotoras de identificação e adequação sociais.

Segundo Adorno (1995), a indústria cultural é consequência direta do fortalecimento do capitalismo, que ocorreu após as revoluções industriais na Europa. O rápido avanço tecnológico, tendo como propulsor as descobertas científicas, promove a extrema valorização do interesse econômico no qual a lei do mercado passa a reger a sociedade. A projeção de uma ideologia que incentiva a busca desenfreada e constante pelo consumo ocorre por meio de uma exploração sistemática e programada de bens considerados culturais, promovendo um extremo individualismo — fruto da intensificação do ritmo de vida e da crença nessa nova maneira de viver segundo a qual tudo se torna negócio.

A integração entre os que pensam na educação — a academia — e os que a praticam na sala de aula — os professores — é crucial, visto que a estes não compete mais a tarefa de transmitir informações, e sim serem parceiros do aluno para mediar e buscar a construção do

conhecimento num contexto de aprendizagem permanente. Combate-se a propensão ao instrucionismo, que privilegia o treinamento, o repasse de certezas confirmadas na prova e a ideia de preponderância do papel de ensinar como transmissão de informações. Buscar a autonomia no trabalho escolar supõe valorizar o contexto, o erro e a dúvida no caminho das descobertas, além do incentivo a novas metodologias, para haver um convívio social dinâmico e criativo. Só assim será possível ocorrer a interação do aluno com outras pessoas e os objetos da cultura, de modo que ele possa desenvolver um sentimento de pertencimento a essa cultura e seja capaz de agir no mundo. O aluno não é só o sujeito da aprendizagem; é também aquele que aprende com o outro o que o grupo social produz: os valores, a linguagem e o próprio conhecimento. Daí a clara necessidade de uma concepção de educação assentada em princípios que envolvam ação participativa e conhecimento contextualizado, reconstruído continuamente.

Os “pacotes didáticos” se tornam mecanismos da indústria cultural ao definirem os conteúdos, as estratégias e os recursos a serem empregados em sala de aula pelo professor, deixando pouca ou nenhuma liberdade de trabalho para esse profissional. As perdas são inevitáveis: o aluno deixa de ser beneficiado pelo que o professor poderia oferecer além do sugerido e o professor acaba se tornando acrítico, desempenhando seu trabalho simplesmente para cumprir obrigações. Acomodar-se a receber ordens sem questioná-las é não usar a filosofia da educação, aprendida nos cursos de formação e reveladora da importância de se dialogar com o que se lê e se faz para se obter a reflexão analítica e uma postura crítica permanente. Eis por que é preciso despertar para os efeitos negativos de uma educação preocupada só em transmitir informações aos alunos sem o contexto histórico-político em que tal educação se concretiza.

Características dos artefatos da indústria cultural podem ser observadas no sistema apostilado, como o apelo à afetividade e a oferta de material que promove imediata identificação com o usuário. São exemplos dessa estratégia os materiais e serviços oferecidos às escolas, não apenas no que se refere à condução do processo ensino e aprendizagem, mas também em questões relacionadas com a administração do negócio, como

as orientações sobre como preencher planilhas e orçamentos, além dos modelos para *outdoor*.

As escolas que adotaram o sistema apostilado acreditam estar num patamar superior de competência e modernidade. Foram convencidas pelos empresários e pela mídia — que os enaltece — de que escolheram o melhor e agora não têm com que se preocupar. As entrevistas com as diretoras deixaram claro o orgulho que sentiam ao relatar que as crianças ficavam “felizes” porque usavam material didático famoso, moderno e renovado quatro vezes ao ano; reforçavam essa “felicidade” os artistas da novela *Malhação*, da Globo, usando as mesmas apostilas que elas. Nenhuma diretora das escolas parceiras parece ter parado para pensar que, ao adotar os “pacotes didáticos” padronizados (que pretendem ser completos e resolver todos os seus problemas), em vez de investir na qualificação dos professores, reforçam o desprestígio docente e enriquecem ainda mais uma empresa prestadora de serviços educacionais — poderosa a ponto de inserir sua publicidade em novela da Globo no horário preferido pela garotada. Essa dominação tem sua mola propulsora no desejo de posse — constantemente renovado pelo progresso técnico-científico e sabiamente controlado pela indústria cultural. Além de se configurar como universo de “coisas”, o universo social constitui um espaço hermético, e todas as tentativas de se livrar desse engodo parecem estar condenadas ao fracasso.

O material didático padronizado — apartado da realidade escolar — dissocia-se do ritmo e do contexto de alunos e professores, o que impossibilita uma integração real do conteúdo com a realidade sociocultural de ambos e transforma o ensino em mercadoria, pois o vende como pronto, organizado e “empacotado”. No entanto, pudemos confirmar que as professoras não são usuárias passivas da mídia ou de quaisquer recursos pedagógicos: elas os abordam com base em suas histórias pessoais, suas construções sociais, cultivadas na família e na comunidade. Isso mostra que, associada à sensibilidade e ao autoconhecimento, a inteligência humana tem um potencial vigoroso para lidar com as influências externas. As falas de algumas educadoras deixam entrever uma busca pela singularidade e criatividade, que, inerentes ao

ser humano, o tornam capaz de se expressar livre e individualmente. A análise feita pela diretora de uma das escolas foi fundamental para reiterar a importância da autonomia docente; seu depoimento — e sua atitude de se desligar do sistema quando percebeu sua inadequação à realidade da escola — mostrou o nível de conscientização que é possível ter quando se busca fazer um trabalho coerente com o próprio projeto pedagógico (elaborado no coletivo e com base na realidade da escola). Também a maneira mais independente que algumas professoras encontraram de trabalhar com as apostilas e os recursos tecnológicos do “pacote” confirma essa importância: mostram ter segurança e liberdade de ação e desfrutar da confiança da direção e dos pais em seu trabalho.

Como se sabe, partindo-se de bens materiais e simbólicos se pode definir o que é valioso, assim como o modo pelo qual o homem se integra e se diferencia na sociedade, se adapta ao prático e ao prazeroso, percebe e participa de atividades coletivas. Por isso, o ato de consumir é, também, um ato de pensar e de construir um sentido social, ou seja, criar uma forma de “ser cidadão”. Se não é saudável deixar a formação de crianças nas mãos de “marqueteiros” ou projetistas de videogame, tampouco o é deixá-la a cargo de um contexto dominado pelo sistema midiático-cultural. Que recursos pedagógicos e quais sentidos devem ser acionados para que se possa resistir a esse modo de ser orientado à exteriorização publicitária, ao espetáculo e ao descartável? Nesse contexto, o papel dos professores é mais que transmitir informações, pois são produtores culturais que recorrem a práticas pedagógicas para organizar experiências as quais permitam aos alunos perceber o caráter socialmente construído de seus conhecimentos e suas experiências num mundo em que as representações e os valores mudam. (GIROUX; MCLAREN, 1995).

Ninguém tem direito de modelar pessoas nem de lhes transmitir apenas informações ou conhecimentos fragmentados que não proporcionem oportunidade de análise e reflexão; isso seria propagação da “semicultura”. Como solução e possibilidade de sobrevivência da educação promotora do cidadão crítico, participativo e pleno de direitos sociais, surgem a necessidade da autorreflexão e a constatação de que as mudanças não devem ser isoladas, pois sua força está no coletivo; e é

por este que os sujeitos podem pensar e propor formas de ação e reação, abrindo espaços à criatividade e criando novos espaços de resistência.

A profissão de educador só terá relevância se for oferecida ao profissional a possibilidade de recuperar sua autoconfiança, que decorre da segurança de fazer um trabalho importante, interessante e motivador. Isso requer uma análise da posição de destaque ocupada pela indústria cultural na sociedade do presente em seu percurso de formação. Também requer valorização do trabalho docente pelo incentivo permanente à reflexão capaz de promover uma *práxis* fundamentada e que contribua para uma educação que habilite os educandos a (con)viver nessa sociedade, onde são valorizadas as informações que circulam em máquinas e que podem promover a dissociação entre formação cultural e formação científica; onde a razão só é prestigiada se suprir necessidades do mercado com competências específicas, sobretudo competitividade; onde as pessoas procuram a satisfação imediata buscando freneticamente o prazer e as “facilidades” ultramodernas.

Os cidadãos precisam ser preparados para ter autonomia pessoal e profissional, imprescindível à inserção na comunidade e à emancipação social. Essa preparação promoveria sua capacidade de ser autônomo, essencial ao desenvolvimento da profissionalidade do professor no século XXI. Aqui, ganha relevo uma formação inicial que permita ao docente vivenciar, ainda que no ensino universitário, o que decerto não lhe fora oportunizado quando era aluno dos Ensinos Fundamental e Médio, diga-se, quando tinha a possibilidade de aprender pela descoberta e com prazer, nutrindo sua capacidade de compreensão, questionamento, crítica, interpretação e participação ativa no espaço escolar.

Como qualquer outra formação, a do educador não se encerra, e seu ponto de partida tem de ser as experiências, as necessidades e os interesses do professor, num movimento crescente. Mais: ela só será, de fato, útil e inclusiva desses requisitos se ocorrer no coletivo da escola, que se reúne para discutir necessidades, interesses, a busca de subsídios, bem como se organiza para lidar com os alunos que recebe — fruto de certa realidade humana, cultural e social a ser conhecida, respeitada e ampliada criticamente no ambiente escolar. Não há como imaginar que isso ocorra

num encontro semestral apenas, fora da escola, em realidades distintas, com público diverso e com enfoque em temas amplos, a fim de preparar o professor para usar apostilas que teriam de ser utilizadas como referência de pesquisa. Se o professor se “adapta” ao ensino apostilado e aos “pacotes didáticos”, não seria por que não se sente bem preparado, capaz de ser autor de prática e de pensar criticamente numa sociedade tecnologicada que valoriza a competência técnica e incentiva o consumismo?

Considerações finais

Como se pode deduzir, os “pacotes didáticos” se tornam mecanismos da indústria cultural ao definirem os conteúdos, as estratégias e os recursos empregáveis em sala de aula pelo professor, deixando-lhe pouca liberdade de trabalho — para não dizer nenhuma. As perdas são inevitáveis: o aluno deixa de ser beneficiado pelo que o professor poderia oferecer além do sugerido; o professor acaba se tornando acrítico, desempenhando seu trabalho simplesmente para cumprir obrigações. Acomodar-se a receber ordens sem questioná-las é não usar a filosofia da educação, aprendida nos cursos de formação e reveladora da importância de dialogar com o que se lê e se faz para obter a reflexão analítica e uma postura crítica permanente.

Eis por que é preciso despertar para os efeitos negativos de uma educação preocupada só em transmitir informações aos alunos sem o contexto histórico-político em que tal educação se concretiza. A força da indústria cultural está, também, na criação de necessidades do sistema vigente (consumir incessantemente) para o homem. Com isso, o consumidor sempre vai viver insatisfeito, querendo constantemente consumir, e o campo de consumo se torna cada vez maior. Enfim, de fato a indústria cultural está no contexto das escolas que adotam os pacotes didáticos produzidos por empresas prestadoras de serviços educacionais. Mas as atitudes e declarações de quatro das seis professoras pesquisadas deixam entrever que a autonomia é sempre viável e tende a se apresentar mesmo nos ambientes menos propícios. Não convém se prender a uma visão “pessimista” da realidade; saídas há! Talvez estejam na própria cultura do homem de reagir às limitações impostas pelo sistema social.

Referências

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

AVANCINI, M. A peso de ouro: o que muda com a proliferação de grandes grupos privados na educação pública e particular do país. *Revista Educação UOL*, Mercado, n. 172, ago. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/vjgebn>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EDITORA POSITIVO. Disponível em: <<http://goo.gl/pXfDfK>>. Acesso em: 16 fev. 2013.

FERREIRA, N. S. C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.227-1.249, dez. 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/gBsMkM>>. Acesso em: 22 dez. 2012.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: SEADE, v. 14, n. 2, p. 03-11, 2000. Disponível em: <<http://goo.gl/rWjQOa>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

GENTIL, P. A macdonaldização da escola: a propósito de “consumindo o outro”. In: COSTA, M. V. (Org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 32-52.

GIROUX, H.; MCLAREN, P. Formação do professor como uma contra-esfera pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Ed.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 125-154.

GRUPO POSITIVO. Disponível em: <<http://goo.gl/9eFMPF>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

MCLUHAN, M. *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1972.

MOTTA, C. E. de S. Indústria cultural e o sistema apostilado: a lógica do capitalismo. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 21, n. 54, p. 82-89, ago. 2001.

OLIVEIRA, M. A. M. Qualidade total: autonomia e garantia de sucesso escolar na escola básica? *Pro-posições*, Campinas, v. 8, n. 3, nov. 1997.

PEDROSO, L. A.; BERTONI, L. M. (Org.). *Indústria cultural e educação: reflexões críticas*. Araraquara: JM, 2002.

SOEIRO, J. *Capitalismo self service? Contra a macdonaldização da vida*. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/sxUfqo>>. Acesso em: 08 abr. 2006.

TOFOLI, D. Prefeituras de São Paulo terceirizam a educação. *Folha de São Paulo*, 30 de janeiro de 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/bGokuq>>. Acesso em: 28 jan. 2006.

Recebido em 03/06/2013
Aprovado em 16/10/2014